

COMPÊNDIO
BIOJURÍDICO
SOBRE
REPRODUÇÃO
HUMANA
ASSISTIDA

Ana Thereza
Meirelles Araújo

Maria de Fátima
Freire de Sá

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

S111c Sá, Maria de Fátima Freire de
 Compendio Biojurídico sobre Reprodução Humana Assistida / Maria de
 Fátima Freire de Sá, Ana Thereza Meirelles Araújo. – Indaiatuba, SP : Editora
 Foco, 2024.
296 p. : 16cm x 23cm.
 Inclui bibliografia e índice.
 ISBN: 978-65-6120-052-3
 1. Direito. 2. Biodireito. 3. Reprodução Humana Assistida. I. Araújo, Ana
 Thereza Meirelles. II. Título.

2024-562

CDD 344.04197

CDU 340.6

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito 344.04197

2. Direito 340.6

1061079

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XI
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	XIX
CAPÍTULO 1 – REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: FUNDAMENTOS MÉDICOS.....	1
1.1 Incursão histórica da medicina reprodutiva	2
1.2 Panorama epidemiológico da infertilidade	9
1.2.1 Infertilidade: aportes relevantes	10
1.2.1.1 Infertilidade feminina	12
1.2.1.2 Infertilidade masculina	14
1.3 Pontos sobre fisiologia reprodutiva e embriologia clínica	16
1.4 Técnicas e procedimentos de reprodução assistida	20
1.4.1 Consulta e aconselhamento reprodutivo	21
1.4.2 Inseminação intrauterina	24
1.4.3 Concepção extrauterina: FIV E ICSI	25
1.4.4 Uso de gametas doados à luz dos indicadores médicos.....	32
1.4.5 A sugestão pela gestação por substituição	34
1.4.6 Criopreservação ou congelamento de gametas e embriões.....	36
CAPÍTULO 2 – O PANORAMA DAS NORMAS DE BIOSSEGURANÇA	39
2.1 Resoluções de Diretoria Colegiada da Anvisa	39
2.1.1 RDC 339/2020.....	40
2.1.2 RDC 771/2022	42
2.2 A Nota Técnica 6/2022 da Anvisa	47
2.3 SisEmbrio e relatórios de produção de embriões	47
2.4 Relatórios de importação – reprodução humana assistida	50

2.5 Relatório de avaliação sanitária em centros de reprodução humana assistida (BTCG)	55
CAPÍTULO 3 – PROJETOS DE LEI E REGULAMENTAÇÃO DEONTOLÓGICA	63
3.1 O atual estado dos projetos de lei	63
3.2 A atuação do Conselho Federal de Medicina na construção das regras deontológicas	67
3.3 Deontologia e competência normativa	67
3.4 A Resolução CFM 2.320/2022: notas introdutórias	69
CAPÍTULO 4 – PREMISSAS CONSTITUCIONAIS E REPRODUÇÃO HUMANA.....	73
4.1 Autonomia privada em procriação	73
4.2 Pluralidade das entidades familiares e livre planejamento familiar	76
4.3 Melhor interesse da criança e paternidade/maternidade responsável	77
4.4 A procriação como um direito	80
4.5 O inexistente marco constitucional sobre o início da vida	83
4.5.1 A dificuldade do conceito de vida	83
4.5.2 O início da vida na legislação e jurisprudência brasileiras	87
4.5.3 A natureza jurídica do embrião <i>in vitro</i>	97
CAPÍTULO 5 – DESTINATÁRIOS DAS TÉCNICAS E ELABORAÇÃO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	105
5.1 Os destinatários	105
5.1.1 Pessoas com demandas de fertilidade	107
5.1.2 Pessoas sozinhas e casais hetero e homoafetivos	109
5.1.3 Pessoas com diagnóstico oncológico ou de outras doenças	111
5.1.4 Pessoas que optam por preservar a fertilidade diante da passagem do tempo.....	113
5.1.5 Pessoas que optam pela procriação assistida por motivações terapêuticas e de outra natureza	115
5.2 Relação médico-paciente em reprodução humana assistida e termo de consentimento livre e esclarecido	116

5.2.1 Vulnerabilidade, informação e compreensão: considerações relevantes	117
5.2.2 A necessidade da formação dialógica do consentimento	121
CAPÍTULO 6 – A PROCRIAÇÃO QUANTO À ORIGEM DOS GAMETAS.....	125
6.1 Procriação homóloga	125
6.2 Procriação heteróloga	127
6.2.1 Por doação anônima	128
6.2.2 Por doação entre parentes.....	130
6.2.3 Doação compartilhada e doação entre amigos ou conhecidos.....	132
6.3 O problema do critério seletivo do doador	134
6.4 Gratuidade	139
6.5 Ascendência genética	141
6.6 DNA e epigenética: notas relevantes	149
CAPÍTULO 7 – FERTILIZAÇÃO EXTRACORPÓREA E QUESTÕES BIOJURÍDICAS	153
7.1 Da eugenia à neoeugenia	154
7.1.1 Aportes históricos e conceituais	155
7.1.2 Tipos de eugenia: positiva e negativa	161
7.1.3 Neoeugenia e eugenia liberal.....	164
7.2 Diagnósticos e possibilidades de seleção em reprodução	170
7.2.1 Diagnóstico pré-implantacional e Diagnóstico genético embrionário.....	174
7.2.2 A condição de inviabilidade embrionária prevista na Lei 11.105/2005.....	178
7.2.3 A seleção de sexo	181
7.2.4 A seleção para fins de aperfeiçoamento	182
7.3 Seleção genética e bebê salvador	185
7.4 A destinação do excedente embrionário	189
CAPÍTULO 8 – GESTAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO OU CESSÃO TEMPORÁRIA DO ÚTERO	199
8.1 A ausente disciplina normativa e a natureza contratual	201

8.2	Condicionantes da técnica pela resolução e críticas	209
8.2.1	Grau de parentesco	209
8.2.2	Filho vivo	211
8.2.3	Gratuidade	211
8.3	A impossibilidade da gestante ser a doadora de gametas	217
8.4	Cláusula especial do direito de arrependimento	218
8.5	Cláusula especial da liberdade sobre o próprio corpo	220
8.6	Outras questões cíveis: filiação e registro da criança	221
CAPÍTULO 9 – PROCRIAÇÃO HUMANA <i>POST MORTEM</i>		225
9.1	Material congelado e titularidade: gametas e embriões	226
9.2	Consentimento em projetos parentais <i>post mortem</i>	227
9.2.1	O problema da atualidade da manifestação decisória	232
9.2.2	A admissibilidade de outros meios de prova da decisão procriativa ..	233
9.3	Filiação e questões sucessórias	237
CAPÍTULO 10 – PRODUÇÃO INDEPENDENTE CONVENCIONAL E INSEMINAÇÃO CASEIRA		241
10.1	Produção independente convencional	241
10.2	Inseminação caseira	242
10.2.1	Alguns precedentes jurisprudenciais	245
10.2.2	Anvisa e riscos sanitários	254
10.3	Inseminação caseira: da precariedade jurídica do acerto à necessidade da tutela das implicações	255
CONSIDERAÇÕES FINAIS		257
REFERÊNCIAS		259